



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
AUTÓGRAFO NÚMERO 192/2019
PROJETO DE LEI NÚMERO 214/2019

Institui o Plano Municipal do Meio Ambiente dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal do Meio Ambiente, composto por 24 (vinte e quatro) diretrizes extraídas a partir dos encaminhamentos propostos pela Conferência Municipal do Meio Ambiente, conforme Anexo Único que é parte integrante da presente lei.

Parágrafo único. Após 2 (dois) anos do início da vigência do Plano Municipal do Meio Ambiente, será convocada uma conferência para a realização de revisão e de diagnóstico sobre a sua execução parcial.

Art. 2º As diretrizes e resoluções da Conferência Municipal de Meio Ambiente poderão, ainda, ser materializadas nos planos municipais das áreas afins relacionadas, conforme deliberação dos Conselhos deliberativos das áreas/secretarias e também serão compatibilizados com os demais instrumentos de planejamento municipal, dentre eles o Plano Diretor, o Plano Plurianual (PPA) e, em especial, a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 3º A execução do Plano Municipal do Meio Ambiente será realizada de forma gradativa, contínua e transversal, sob a articulação da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular e as despesas com a sua execução ocorrerão por conta das dotações orçamentárias das secretarias afins, suplementadas, se necessário, e conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A execução de despesas de investimentos relacionadas às diretrizes ora propostas, será objeto de discussão nas plenárias anuais do Orçamento Participativo.

Art. 5º Esta lei será regulamentada, no que couber, por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove).


TENENTE SANTANA
Presidente

ANEXO ÚNICO
DIRETRIZES E RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I
DA BIODIVERSIDADE

1. Tornar Unidades de Conservação (UCs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) o Parque Pinheirinho e o Parque do Basalto, bem como outras áreas que vierem a ser identificadas, através de incentivos;
2. Reforçar a manutenção e incrementar a arborização urbana, assim como o aumento de sua diversidade, priorizando as áreas periféricas e mais deficitárias;
3. Criar, no Município, mecanismos de proteção aos polinizadores;
4. Recuperação de nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs), aumentando os corredores ecológicos do Município; e
5. Aumento dos mecanismos que viabilizam a educação ambiental, a conservação e preservação da biodiversidade do Município.

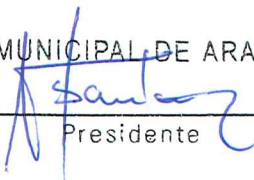
CAPÍTULO II
CIDADE SUSTENTÁVEL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

6. Fomentar a organização de cooperativas agroecológicas periurbanas nas comunidades localizadas em territórios socialmente vulneráveis e em risco, incentivando a divulgação da agricultura familiar e da agroecologia;
7. Criação de leis com desconto no pagamento da conta de água para residências localizadas em aglomerados residenciais populares de interesse social e assentamentos de reforma agrária, desde que abastecidos por poços da autarquia municipal e que mantenham a área permeável com o plantio de alimentos, ervas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs);
8. Incentivar parcerias público-privadas para reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e manutenção efetiva, com resposta mais rápida nas denúncias de degradação do meio ambiente;
9. Programas de incentivo à utilização de energias alternativas e reaproveitamento de água, readequação dos programas já existentes e exigência dessa técnica para os novos prédios públicos e privados que surgirem;
10. Criação de ciclovias integrando as regiões da cidade ao centro e aos pontos de maior circulação populacional (principais corredores), com sinalização e fiscalização do uso;
11. Proporcionar incentivo do uso de bicicletas para os servidores públicos e sociedade civil;
12. Criação de "bicicletário" nos prédios públicos e privados; e
13. Capacitação obrigatória ao servidor público nas áreas de meio ambiente, agroecologia e sustentabilidade.

CAPÍTULO III
DA SEGURANÇA HÍDRICA

14. Promover a proteção efetiva dos córregos e APPs, em especial os mananciais do Município, através de:
 - a) monitoramento da quantidade e qualidade dos corpos hídricos superficiais, bem como do estado de preservação das margens, através da publicação de relatórios anuais;
 - b) construção de barreiras físicas em APPs, como cercas que permitam o acesso de animais silvestres, além do manejo periódico da vegetação e das margens;
 - c) ampliação dos corredores ecológicos em anexo à APP na região montante da represa de captação das cruzeiras.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA




Presidente

15. Fomentar a promoção de parcerias público-privadas e associações civis para a manutenção das APPs;
16. Sistema Aquífero Guarani: elaboração de normativas de uso e ocupação em áreas de afloramento e recarga do aquífero, com restrição à instalação de indústrias e atividades agrícolas;
17. Política de saneamento rural para o Município: consórcio de fossas sépticas com a tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e
18. Plano de educação ambiental direcionado à segurança hídrica que aborde:
 - a) perdas, impermeabilidade e uso sustentável das águas;
 - b) inclusão da extensão universitária e os representantes da sociedade civil no plano de educação ambiental.

CAPÍTULO IV RESÍDUOS SÓLIDOS

19. Elaboração de um plano de adequação da fiscalização através de:
 - a) rastreamento dos transportadores (pequenos e grandes);
 - b) intensificação da fiscalização dos Pontos de entrega voluntária (PEVs), no que tange ao pequeno descarte, por meio de interligação da comunicação entre eles, garantindo maior eficácia no recebimento dos resíduos dentro dos limites permitidos. Para tanto, deve ser realizado o cadastramento dos veículos transportadores e geradores, bem como revisão da legislação aplicável.
20. Aprimoramento e reestruturação da educação ambiental por meio da alfabetização ecológica, que possibilite ao gerador e ao transportador o acesso às informações e orientações, através de:
 - a) Plano Municipal de Informação, que se refere à publicidade e divulgação (rede de informações no setor público), para veiculação de orientações destinadas, por exemplo, à possibilidade de reaproveitamento dos resíduos da construção civil, após o seu devido processamento, para retorno ao setor da construção civil;
 - b) incentivo, pelo poder público, à aquisição de resíduos da construção civil processados, minimizando a extração de recursos naturais; e
 - c) treinamento à população.
21. Tratamento do resíduo orgânico por meio de usina de compostagem:
 - a) elaboração do projeto e criação do Sistema de Coleta de Resíduos Orgânicos e seu tratamento por meio da compostagem;
 - b) inclusão no projeto de elaboração;
 - c) inclusão do mecanismo de compostagem em hortas comunitárias; e
 - d) orientação nas escolas através de projetos educativos que visem a ensinar sobre a separação dos resíduos (lixo), sua correta destinação e incentivo ao reaproveitamento.
22. Credenciamento dos pequenos transportadores para correta destinação dos resíduos, bem como estipulação, aos pequenos transportadores, de obrigações e regras equivalentes às das empresas de caçambas;
23. Instalação de lixeiras seletivas, preferencialmente desenvolvida por meio da utilização de materiais recicláveis, nos espaços públicos, nas escolas e suas proximidades.
24. Proibição da utilização ou disponibilização de copos ou sacolas de plástico não fabricados ou não embalados com material biodegradável aos espetáculos, bailes, festas ou todo e qualquer evento de caráter público, realizado em local aberto ou fechado no âmbito do Município, entendendo-se por material biodegradável aquele que apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microrganismos, cujos resíduos finais não sejam ecotóxicos ou que possuam, em sua composição, agentes aditivos que causem mesmo efeito no material.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA



Presidente